

CONCLUSÃO

Nessa tese, procuramos analisar o processo de reestruturação de uma empresa do setor automobilístico, desencadeado a partir do conjunto das transformações sociais e econômicas de nossa sociedade neste fim de século.

Visto a complexidade que esse processo de reestruturação após-fordista é revestido, bem como as inúmeras transformações decorrentes sobre os aparatos técnicos da produção e sobre os elementos e as redes sociais aí envolvidas, acreditamos que muitos são os seus desdobramentos e possibilidades analíticas, assim como as suas conclusões.

Portanto, nessas últimas linhas de nosso trabalho, não desejamos esgotar as análises sobre o problema proposto como objeto de estudo, mas apenas iniciar, ou mesmo dar continuidade a uma longa, intensa e complexa discussão, a qual é o processo de recomposição da forma de se produzir o valor e a riqueza em nossa sociedade.

Como ponto de partida de nossa conclusão final, acreditamos que nossa análise procurou - de modo distinto da grande maioria dos estudos preocupados com a temática da reestruturação industrial contemporânea - estabelecer uma leitura bem ampla da realidade social quanto da tecnologia. Em nosso entender, tanto a sociedade - visto pelo viés do conjunto das relações sociais entre os indivíduos – quanto a tecnologia – visto pelo viés do conjunto de suas relações sociais (hardware, software e peopleware), quanto das formas de gestão e organização do trabalho -, são categorias sociológicas que possuem uma relação temporal por demais exclusivas e diferentes entre si. Portanto, em um processo tão complexo, tal como é o processo de reestruturação e introdução de novas formas organizacionais nos modelos industriais, existem tempos diferentes, tempos esses que devem ser combinados e integrados entre si, de modo a melhor propiciarem uma leitura

mais dinâmica das novas formas organizacionais que, por sua vez, não são estáticas, nem muito menos independentes ou isoladas. Assim, procuramos aliar esses dois tempos, combinando-os e associando-os mutuamente.

Sob essa lógica, visando melhor compreender o conjunto das transformações no modo de produção ocasionadas pela mudança da forma de racionalização da produção e do trabalho, bem como das mudanças que se projetam sobre as relações sociais, propomos uma leitura de natureza estruturalista, montada sobre o conceito de modelo produtivo.

Nessa visão, estabelecemos a preocupação de levar a cabo uma abordagem de natureza diacrônica, isto é, aquela na qual o desenvolvimento do capitalismo não é visto de forma conexa com os seus acontecimentos contemporâneos, mas sim como o seu próprio produto e causa. Destarte, ao ponderarmos sobre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, procuramos relacionar de modo integrado os diferentes níveis micro-sociais e macro-sociais não deixando pois, de lado, a consideração do papel das diferentes classes e camadas sociais na composição dos esforços e compromissos do desenvolvimento capitalista.

Um segundo ponto que destacamos em relação à nossa *démarche* de pesquisa, refere-se à validade da associação entre a tradição do pensamento social sobre a racionalização e o surgimento, a proliferação e a generalização das inúmeras formas contemporâneas de gestão. Acreditamos que o pensamento crítico sobre o capitalismo, tanto clássico como moderno, constitui-se ainda como uma rica fonte de recursos teóricos e conceituais, capaz de dar conta da explicação dos fenômenos técnicos e sociais do capitalismo contemporâneo. Sustentamos essa tese uma vez que acreditamos no fato que nessa nova fase após-fordista, mesmo em razão das suas inúmeras transformações e das novas formas apresentadas, a racionalidade do sistema capitalista não se apresenta como uma nova forma diferente, mais humanitária e libertadora das potencialidades humanas. Muito pelo contrário, é a velha racionalidade do capital – a racionalidade instrumental –, impulsionadora do poderoso movimento de racionalização de nossa civilização, que gradativamente vem ocupar seu espaço já reservado nas esferas da economia e do trabalho. Ela transmuta-se, apresenta novas faces, impõe-se de forma diferenciada, nutre-se de novos mecanismos tecnológicos e sociais, porém continua sendo a mesma racionalidade que

orienta o processo da acumulação e da produção de valor de nossa sociedade. Uma racionalidade *estranha* ao bem estar daqueles que constroem o mundo do trabalho.

Sob a luz desse enfoque, percebemos que essas novas formas de racionalização, fomentadas pelas diversas novas formas de gestão e organização da produção e do trabalho, tal como observaram os velhos pensadores sociais, vão conformando um novo mundo. Um mundo onde a marca da exploração e da dominação sobre o trabalho humano aparece, cada vez mais, camuflada, mascarando a velha forma da ação exploratória do capital. Assim, sob o mimetismo das novas formas organizacionais esconde-se a verdadeira intenção do mundo após-fordista: a exploração do trabalho humano como resultado direto da generalização dos elementos da racionalidade capitalista, bem como da conseqüente expansão desenfreada da acumulação, da reprodução e da valorização do capital.

É desse modo, pois, que percebemos a transformação do mundo produtivo no Brasil, em cujo contexto, o caso da FIASA assume uma posição paradigmática e bastante representativa desse momento da racionalização capitalista.

Nascida da exportação da crise do fordismo, essa empresa brasileira, desde os seus primórdios buscou construir seu espaço seguindo a velha lógica da reprodução do mundo do trabalho em um país periférico: depredação, espoliação e trato despótico, arbitrário e autoritário para com a força de trabalho, além de um desenvolvimento incompleto, por senão *capenga*, do conjunto da racionalização taylorista/fordista, se comparado aos modelos industriais dos países centrais.

Todavia, motivada pelo esgotamento da estrutura produtiva desses países, bem como pelas transformações econômicas mundiais, essa estrutura *capenga* da FIASA seria impulsionada a modificar a sua velha face na periferia. Em outras palavras, a crise do paradigma tradicional taylorista/fordista de racionalização obrigaria a empresa a adaptar seu modelo produtivo ao contexto e ao movimento econômico competitivo internacional. Sob a ótica do funcionamento do modelo produtivo, a empresa – nutrida pela expansão espacial e temporal da velha racionalidade instrumental, além da onda de reestruturação das novas formas de racionalização do trabalho e da produção -, caminharía para uma reorganização de seus elementos internos e externos, ou mais precisamente, para o estabelecimento de uma nova forma de racionalização, capaz de encerrar uma certa estabilidade e coerência frente às inconstantes turbulências de mercado.

É na busca dessa nova coerência, nesse novo cenário após-fordista, que essa nova racionalização do trabalho torna-se dominante, reorganizando as forças técnicas e sociais do modelo produtivo necessárias à expansão e à valorização do capital em uma escala bastante ampliada. Assim, ao procurar adaptar a velha estrutura produtiva a esse novo contexto de produção de valor, essa nova racionalização coloca o homem como a figura central desse processo de mudança, estabelecendo novos arranjos técnicos e sociais da produção. Nesse movimento, o velho aparelho produtivo da empresa é reformado, assumindo uma nova face marcada por uma sofisticada combinação do elemento humano com a tecnologia. Por outro lado, esse novo movimento de racionalização também configuraria, porém em escala bem mais ampliada, uma nova estrutura social na relação salarial da empresa. Ao tomar como *motor* de sua reforma o elemento humano, projeta-se um novo tipo de relação social no trabalho onde a subjetividade, a inteligência e o envolvimento intensivo do trabalhador no contexto produtivo tornam-se o eixo central desse processo de reestruturação.

Na FIASA, essas mudanças são intensamente percebidas e sentidas com a instalação do novo paradigma produtivo da Fábrica Racionalizada, a qual sob a influência da humanização de seu novo modelo de gestão, deixaria transparecer uma certa positividade desse movimento de racionalização. Ao constituir um novo aparelho produtivo bem mais dinâmico, sistêmico, sócio-técnico e flexível, bem como uma nova relação salarial mais integradora e participativa, essas dimensões, até então jamais vistas em todo o fordismo capenga de Betim, transmitiriam essa euforia do progresso. Muitos seriam os sinais positivos de desenvolvimento técnico e social advindos com esse movimento, destacando-se as novas formas de progresso técnico propiciadas pelas novas tecnologias informacionais e mecânicas, os novos arranjos organizacionais do trabalho, o rompimento com a exploração do esforço humano e do gesto repetitivo taylorista, a melhoria das condições de vida e trabalho na fábrica, bem como a liberação das potencialidades e da inteligência humana no trabalho conjugada ao imperativo da participação do trabalhador em uma ampla gama de esferas do processo produtivo.

Embora esse conjunto de transformações configure a reestruturação da empresa enquanto um processo bastante positivo e promissor, radicalmente discordamos dessa visão. Acreditamos que esses elementos não podem, nem devem ser vistos enquanto os

únicos efeitos do processo racionalização. Em nosso entender, tal como sugere a linha do pensamento social crítico da racionalização, a reestruturação capitalista após-fordista da FIASA traz consigo toda uma sorte de efeitos mimetizados, os quais camuflam o verdadeiro sentido negativo de sua racionalização. De forma concorrente, esse processo apresenta inúmeros efeitos negativos, sendo por nós vistos como elementos muito mais perversos do que as muitas positivities por ele engendradas.

Nesse sentido, um argumento central acerca desses muitos aspectos dessa visão negativa da racionalização da Fábrica Racionalizada, evidencia-se pelo fato que as novas racionalizações do trabalho e da produção, aparentemente mais humanas e integradoras, não substituem o velho substrato da racionalidade do capital – a racionalidade instrumental –, mas apenas revigoram-na diante dos mais diversos e variados cenários com os quais o modelo produtivo capitalista tem de conviver nesta nova era de incertezas.

Assim, a sua velha forma de dominação, também coincidentemente impulsionada por essa mesma racionalidade, amplia de forma bastante significativa esse lado negativo, o qual não é somente visto nas formas clássicas de alienação, unidimensionalização e autorracionalização do trabalhador, mas também, principalmente na persistência das velhas formas de dominação particulares à velha forma de racionalização taylorista/fordista, tais como uma divisão do trabalho essencialmente taylorista, uma exploração e intensificação do ritmo e da frequência do trabalho, além da conformação de um novo tipo-ideal de trabalhador, mais dócil, participativo e motivado nos interesses do capital.

É com base nessa argumentação que a análise do caso brasileiro, além das suas inúmeras e possíveis conclusões, permite-nos afirmar que a reforma do modelo produtivo não significa uma completa inversão do velho modelo fordista capenga aí estabelecido. Ela apenas completa a estrutura de um fordismo incompleto, com formas organizacionais jamais vistas, ou mesmo postas em prática em Betim. Também, essa reforma significa o aprofundamento da racionalidade aí contida, porém com novas formas técnicas e sociais, bem como com ornamentos organizacionais cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, esse processo de reestruturação da FIASA configura uma reforma do velho paradigma produtivo, sem contudo modificar as suas linhas estruturais. Ele significa um revigoreamento da velha estrutura taylorista/fordista da produção em massa, sofisticando os seus mecanismos de ação e de dominação sobre a esfera do trabalho. Desse modo, não é à

toa que encontramos os elementos da velha forma de dominação taylorista/fordista como o sustentáculo do novo modelo produtivo após-fordista da FIASA.

Destarte, longe de uma *one best way* destinada a dirigir e orientar o novo paradigma produtivo da Fábrica Racionalizada, bem como também longe de uma completa inovação e uma reorganização radical dos sistemas de produção, persistem sobre o aparelho produtivo da empresa, um complexo processo de reinvenção dos modelos de gestão da produção em massa, tais como o fluxo contínuo, a manufatura celular e a abordagem por processos, os quais certamente invalidam a tentativa de pensar Betim sob a ótica da utopia pós-fordista da especialização flexível.

Por outro lado, uma vez observada a relação salarial da empresa, o mundo social constituído por esse novo paradigma da racionalização após-fordista nos revela um mundo social bastante negativo. Suas marcas seriam vistas na persistência dos velhos princípios científicos do trabalho, na reprodução da velha imagem do *homo economicus*, na individualização do trabalhador e dos salários, no incremento do individualismo competitivo entre os trabalhadores, nos salários mais baixos, nas diversas formas de exclusão da força de trabalho, bem como na proposta radical de eliminação da representação classista operária do contexto do trabalho.

Ainda, esse novo modelo produtivo reinventaria como modernidade, formas anti-hegemônicas de gestão, retomando o paternalismo, a coerção e o despotismo fabril como importantes elementos da impulsão desse complexo processo da reestruturação industrial na FIASA.

Eis o verdadeiro sentido da nova racionalização após-fordista do trabalho em Betim.

Com certeza, uma pequena reflexão nos permite afirmar que ainda existe muito a ser contado e escrito sobre essas novas formas de racionalização advindas com o paradigma após-fordista de produção.

A trajetória da FIASA, constitui-se apenas como um pequeno capítulo dessa longa e complexa história...